



Faculdade de Juazeiro do Norte

**COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA
RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO – 2008/2009**

DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

DIMENSÃO I - A missão e o plano de desenvolvimento institucional.

O PDI 2008-2018 aprovado pelo MEC, preconiza que a FJN tem como missão produzir e disseminar o conhecimento nos diversos campos do saber, contribuindo para o exercício pleno da cidadania, priorizando uma formação humanista, crítica e reflexiva, preparando profissionais competentes e atualizados para ingressarem no mundo contribuindo para a melhoria das condições de vida da população, da sociedade e o desenvolvimento da Região do Cariri e do Estado do Ceará e do País.

Sua implementação obedeceu na medida do possível ao cronograma de metas nele estabelecidas, de sorte a não comprometer nem a sustentabilidade financeira da FJN, nem da mantenedora.

O cumprimento do cronograma do PDI pautou as ações no que tange à sua expansão geral e reorganização de sua infra-estrutura. Desde a aquisição de mobília, recursos pedagógicos, ampliação e atualização bibliográfica, reforma e ampliação do prédio, aquisição de equipamentos para os laboratórios dos Cursos de Sistemas de Informações, Enfermagem, Ciências Contábeis. Implantação de Células Acadêmicas, contratação de docentes titulados (33 mestres, 6 doutores) de um total de 74, e de pessoal técnico-administrativo especializado.

Nesse contexto, a gestão dos cursos implantados está assentada na estrutura organizacional e acadêmica prevista no RI, aprovado pelo MEC, de acordo com os objetivos contidos nos respectivos PPC, de modo que o processo de ensino e aprendizagem esteja respaldado na manutenção da qualidade, como premissa que emana do PDI da FJN.

A proposta pedagógica dos cursos materializa as políticas para o ensino, a iniciação científica e a extensão estabelecidas no PPI.

As ações acadêmicas e administrativas são orientadas por atos editados pelos órgãos que compõem a estrutura organizacional, tendo no CONSU o seu expoente máximo.

A composição e as competências dos órgãos colegiados, de direção e assessoramento e de apoio às atividades acadêmicas e administrativas estão definidas no seu RI e respaldadas na legislação vigente.

O planejamento semestral das atividades acadêmicas inclui um cronograma a ser cumprido pelos coordenadores de cursos, docentes e discentes, cujas ações são devidamente documentadas nas rotinas acadêmicas de cada um.

Comprometida com o ensino de qualidade e com as oportunidades geradas pela demanda local, as políticas de ensino buscam cumprir o papel da FJN perante a sociedade, isto é, adequada preparação de profissionais para o ingresso no mundo de trabalho e afirmação da sua missão acadêmica e social, por meio da transferência às comunidades circunvizinhas dos benefícios decorrentes do saber acadêmico, mediante as atividades de extensão e de práticas pedagógicas.

Com o advento da Lei nº 10.861/04, instituindo o SINAES, a FJN prontamente adotou os critérios de Auto-avaliação dispostos no referida lei, adequando sua estrutura avaliativa aos novos paradigmas.

A identificação dos pontos positivos e susceptíveis a mudanças é um marco na história da FJN. A avaliação institucional é uma oportunidade na busca da excelência na educação, instrumento capaz de diagnosticar fielmente o desenvolvimento da FJN, possibilitando a identificação dos fatores que interferem nos objetivos traçados nas esferas acadêmica, administrativa e de infra-estrutura.

O processo de auto-avaliação institucional, contempla as dimensões do SINAES, desdobrando-se em indicadores específicos na busca de uma avaliação quanto: a qualificação dos agentes envolvidos no ensino-aprendizagem; o estado das instalações e equipamentos pedagógicos e científicos; demanda efetiva dos alunos, sucesso acadêmico e mecanismos

de apoio social; a inserção dos egressos no mercado de trabalho, eficiência de organização e de gestão entre outros.

Os resultados obtidos com a participação do corpo docente, discente e técnico-administrativo foram disponibilizados aos competentes segmentos responsáveis, para apropriação e tomada de decisão quanto às medidas corretivas dos pontos susceptíveis de mudanças.

Quanto aos princípios norteadores da Avaliação Externa, há comprometimento explícito no PDI de obediência à legislação estabelecida. As informações obtidas com os resultados da avaliação interna e externa são utilizadas para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; orientando sua política acadêmica de gestão e para desvelar a realidade dos cursos.

A CPA foi instituída, com objetivo de promover a melhoria do processo ensino-aprendizagem, usando a avaliação como agente modificador, sem desconsiderar sua missão, seu propósito suas metas, que estabelecem preocupação constante com a formação integral do ser humano com ênfase no exercício pleno da cidadania.

DIMENSÃO II - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, de monitoria e demais modalidades.

As políticas de ensino estabelecidas no PPI enfatizam a construção coletiva; a interação recíproca com a sociedade; a construção permanente da qualidade de ensino; o fortalecimento do ensino pela sua articulação com a extensão; o desenvolvimento curricular contextualizado e circunstanciado, e a unidade entre teoria e prática. Dessa forma, mantém-se um elo conceitual das políticas e diretrizes institucionais postuladas no PPI com os demais documentos que norteiam a vida acadêmica da FJN. O PPI é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que

norteia as práticas acadêmicas da FJN, tendo em vista sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos. Os seus referenciais levaram em consideração os resultados das avaliações internas e externas da FJN. Em termo da sua política para o ensino superior, o PPI tomou como ponto de partida a compreensão de que esta se insere em um contexto multifacetário, marcado por transformações econômicas, sociais e culturais. À luz desse entendimento e das orientações formuladas no interior da política educacional brasileira, a FJN elegeu como prioridade empreender um processo educativo que contribua para o pleno desenvolvimento do aluno, seu preparo para o exercício da cidadania e sua formação profissional.

A FJN preconiza - a construção coletiva expressa na intenção e prática de cada segmento que constitui a FJN, levando em conta a articulação dialética, diferenciação e integração, globalidade e especificidade; - a interação recíproca com a sociedade caracterizada pela educação e desenvolvimento econômico-social sustentáveis, reafirmando o seu compromisso como potencializadora da formação humana e profissional; - a construção permanente da qualidade de ensino: entendida e incorporada como processual e cotidiana da graduação. Atualiza periodicamente sua organização curricular, de acordo com as orientações do Ministério da Educação, emanadas das diretrizes curriculares nacionais de cada área, e com as novas exigências do mercado de trabalho.

A FJN entende que o investimento fomenta a busca de novos parâmetros institucionais na persecução de seus objetivos e finalidades, tanto no ensino quanto na extensão, ao mesmo tempo em que contribui para a formação de profissionais autônomos, críticos, criativos diante das circunstâncias encontradas no cotidiano de sua vida profissional.

A extensão deve contribuir para viabilizar a relação transformadora entre a FJN e a sociedade. As atividades de extensão, inclusive as de natureza desportiva, artística e cultural, visam a valorizar e a estimular a criação e a difusão da arte e da cultura, particularmente aquelas

patrocinadas pela comunidade, refletindo o potencial da FJN no contexto social. A concepção de utilizar a extensão como eixo para promover transformações sociais sintetiza as políticas institucionais no que concerne a essas atividades. A extensão possibilita a expansão de oportunidades de crescer o conhecimento, aliando teoria e prática, razão pela qual as diretrizes pedagógicas contidas no PDI e no PPI articulam-se para a necessidade de uma intervenção que favoreça a abrangência e a integração na sociedade, constituindo-se em um espaço privilegiado de formação profissional. As práticas de extensão viabilizam o desenvolvimento de ações voltadas, sobretudo, para as necessidades locais do entorno em que se situa a FJN, possibilitando o desenvolvimento de competências e habilidades.

As atividades relacionadas à extensão são desenvolvidas em consonância com as políticas e diretrizes alinhadas nos documentos institucionais.

A política institucional para a graduação enfoca a "educação ao longo de toda a vida" e organiza-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser. Assim, a FJN incorpora aos seus cursos abordagens que busquem a construção coletiva; a interação recíproca com a sociedade; a construção permanente da qualidade de ensino; a integração entre ensino, pesquisa e extensão; o desenvolvimento curricular contextualizado; a busca permanente da unidade teoria e prática. A FJN implantou todas as práticas previstas para a graduação na modalidade presencial de forma coerente com as políticas constantes dos documentos oficiais (PDI, PPI, PPC). Nas atividades práticas, as turmas terão as dimensões recomendadas pelo professor, com a aprovação das coordenações de Cursos.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação são revisados, tendo em vista o avanço dos parâmetros educacionais e o atendimento às DC das áreas dos cursos e ao definido no seu PDI e PPI. As políticas institucionais para a graduação são operacionalizadas mediante o estímulo

às práticas de auto-estudo; ao encorajamento para o desenvolvimento de habilidades e competências adquiridas nos diversos cenários de ensino-aprendizagem, inclusive as que se referem à experiência profissional considerada relevante para a área de formação; ao fortalecimento da articulação da teoria com a prática, valorizando as atividades de investigação (individual e coletiva), assim como a realização de estágios e a participação em atividades de extensão; à condução das avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e complementares que sirvam para orientar processos de revisão dos projetos pedagógicos dos cursos que oferece; à promoção da discussão de questões relacionadas à ética profissional, social e política em todos os conteúdos programados dos cursos que oferece; ao incentivo do trabalho em grupo; ao incentivo e à aquisição e assimilação de conhecimentos de forma interdisciplinar.

As atividades de extensão da FJN têm se fortalecido como prática acadêmica e como campo de ação social, nos quais os conhecimentos produzidos na interface faculdade/sociedade (comunidade em geral, empresas e instituições filantrópicas) possibilitam transformações sociais e realimentam o processo ensino-aprendizagem, tornando-se, dessa forma, indispensável à formação do aluno e atualização do professor.

O processo de extensão comunitária possibilita o contato de docentes e estudantes com questões presentes na realidade social e com o cotidiano da ação profissional, tendo como perspectiva as necessidades sociais emergentes. Representa uma forma de reunir e administrar os esforços, os recursos e as atividades para tornar o conhecimento acessível à sociedade, através de programas, projetos e eventos, visando a construir uma sociedade justa e democrática.

As perspectivas das políticas estão pautadas na realização de atividades acadêmicas que contribuam para a valorização do ser humano, viabilizando uma relação transformadora da FJN com a sociedade. As atividades de extensão indicam à comunidade o valor do ensino superior e o que ele caracteriza como desenvolvimento social, refletindo o potencial da FJN no contexto social da região. Para garantir este alcance, a FJN

promove palestras de esclarecimento profissional para os alunos das escolas de ensino médio, facilita o processo de cursos de extensão propostos pelo corpo docente (por meio da disponibilização de equipamentos, salas e materiais necessários e divulgação dos mesmos); realiza eventos científicos com a finalidade de aproximar os alunos e a comunidade da importância da pesquisa na graduação; promove exibição de trabalhos dos alunos e eventos; realiza a semana do Contador e Profissional Enfermeiro, além de outros. Além disso, a FJN tem convênios com empresas, de diversos ramos, com a finalidade de aumentar as possibilidades dos alunos conhecerem as várias realidades do mercado de trabalho, assim como mantém vínculo com outras Instituições. A forma de operacionalização deste processo é a seguinte: os proponentes das atividades (professores, coordenadores, alunos, etc.) sugerem as suas idéias em um projeto (modelo da FJN) para a apresentação em reunião de Coordenação. Este projeto contém: título da atividade, natureza, objetivos, justificativa, público-alvo, orçamento, recursos materiais, data e período. Os projetos são analisados em reunião de Coordenação quanto à pertinência com os objetivos dos cursos, do mercado, demanda dos alunos, à contrapartida social. Havendo consenso quanto às propostas na reunião, a Coordenação de Curso defere o projeto e dá início aos procedimentos para que se realize. Estas atividades de extensão são destinadas também ao aproveitamento dos alunos quanto às Atividades Complementares, mediante relatório apresentado sobre o evento e sua análise pelo Coordenador do Curso.

DIMENSÃO III - A responsabilidade social da FJN, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

A responsabilidade social da FJN traduz-se pela busca da compreensão das reais necessidades e potencialidades da região, assim como a busca dos caminhos para seu desenvolvimento. Conforme já introduzido, a FJN prima pela inclusão social de seus alunos e egressos, desenvolvendo atividades educacionais de nível superior condizentes com o que se espera de uma FJN cujos princípios, sólidos, que permitam responder com prontidão e eficiência aos muitos desafios de uma sociedade em constante transformação. Em suas relações com a comunidade, especialmente quando esta se materializa na forma de associações de classe, empresas, instituições financeiras, organizações sem fins lucrativos entre outros, a FJN tem como responsabilidades: atuar junto a essas entidades, construindo uma imagem favorável de si mesma; promover seminários e cursos de interesse da comunidade e da FJN seja por iniciativa própria ou em parceria e apoio com outras instituições; identificar, na comunidade acadêmica e empresarial, professores e outros profissionais que tenham potencial para prestar serviços relevantes à FJN; identificar necessidades não satisfeitas no mercado e viabilizá-las em cursos de graduação, extensão e pós-graduação; atuar junto a escolas e entidades carentes, ministrando cursos sem qualquer remuneração financeira. Esse intercâmbio com a comunidade contribui para o desenvolvimento da região, gerando mais empregos, capacitando profissionais para atender às necessidades das empresas e da comunidade em geral e formando cidadãos dotados de princípios éticos e responsabilidade social.

A FJN desenvolve também uma política de apoio aos alunos carentes. Um exemplo é o Programa de Bolsas Institucional e de Monitoria, que tem como objetivos: possibilitar, mediante recursos próprios, a concessão de Bolsas de Estudos a alunos de comprovada carência socioeconômica visando o incentivo aos estudos e possibilitando o ingresso na carreira profissional; incentivar a participação dos alunos em atividades que possibilitem a complementação da aprendizagem pelo engajamento em projetos específicos; proporcionar ao aluno bolsista

atividades que possibilitem o seu crescimento pessoal e profissional, estimulando o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o mundo do trabalho e na comunidade em geral.

As políticas implantadas de responsabilidade social referentes à inclusão social, (Lar São Bento) desenvolvimento econômico e social, defesa do meio ambiente (assento no CONDEMA), memória e patrimônio cultural e produção artística (Participação nas Romarias e Anjos da Enfermagem) estão articuladas de forma coerente com os documentos da FJN, em especial, com o PPI, o PDI e os PPCs dos seus cursos.

A FJN empenha-se em articular a relação bilateral com os outros setores da sociedade, pela interação do conhecimento e da experiência acumulados na academia, com o saber popular, e pela articulação com organizações de outros setores da sociedade, com vistas ao desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais visando a: contribuir na formulação, implantação e acompanhamento das políticas públicas nacionais; aproximar as matrizes curriculares dos cursos superiores das necessidades concretas da sociedade; descobrir novos objetos de investigação em contexto externo ao meio acadêmico.

A FJN, atendendo ao disposto na legislação educacional, em consonância com o parágrafo único do artigo 3º da Portaria MEC nº 4.361/2004, de 29 de dezembro de 2004, formulou sua política de inclusão social. Seus objetivos são: aumentar o número de estudantes afro-descendentes e indígenas matriculados e egressos da FJN; propiciar as condições necessárias aos ingressantes para a permanência nos cursos de graduação; incentivar a preparação dos concluintes da graduação pertencentes aos segmentos sociais contemplados com o PROUNI para continuidade de estudos e/ou para o trabalho profissional; reforçar a política de assistência e acompanhamento estudantil; promover as ações necessárias para incentivar a redução das desigualdades sociais e regionais; absorver parte do contingente de migrantes do município e da região nos cursos superiores oferecidos, qualificando e preparando profissionais para o desempenho eficiente de suas funções.

As políticas institucionais de Responsabilidade Social foram implantadas de forma articulada entre os documentos PPI, PDI e PPCs dos seus cursos. Com a inserção de componentes curriculares nas Grades de seus cursos, realização e participação de eventos, desenvolvimento de programas e projetos, todos relacionados ao tema de responsabilidade social, a FJN busca facilitar o seu papel de formação de profissionais competentes e cidadãos de qualidade. Com o poder público, instituições de ensino, ONGs, empresas e associações têm aumentado o número de parceiros para o desenvolvimento de programas e projetos, integrados aos cursos de Graduação.

A FJN, orientada por uma visão interdisciplinar, concebe a sua organização didático-pedagógica a partir do avanço da visão restrita de mundo e a compreensão da complexidade da realidade. Assim, reconhece que todo o conhecimento é igualmente importante, reduzindo a importância do conhecimento individual e ampliando a importância do conhecimento enquanto um conjunto de significados coletivos. Neste sentido, procura a integração do ensino estimulando a extensão por meio de ações factíveis e razoáveis ao seu universo de aplicação. As atividades de extensão, inclusive as de natureza desportiva, artística e cultural, visam valorizar e estimular a difusão da arte e da cultura, particularmente aquelas patrocinadas pela FJN, refletindo seu potencial no contexto social e sendo base para o desenvolvimento de programas de ensino e reprodução do saber, recolhendo insumos para a contínua revisão do fazer acadêmico e garantindo acesso à vivência do saber científico levado a todos os níveis sociais, étnicos e culturais.

1000 palavras

DIMENSÃO IV - A comunicação com a sociedade.

Os canais institucionalizados de comunicação interna estão articulados com os documentos da FJN e objetiva verificarem as necessidades, aperfeiçoar o fluxo das informações e democratizar o

acesso ao conhecimento, visando à transparência das relações da FJN com os diversos segmentos internos.

A FJN constrói a sua Imagem Institucional baseada na coerência e na permanência de seus preceitos, repassando estes valores por meio dos veículos de comunicação externa citados anteriormente (jornais, televisão, outdoors, panfletos, etc). Além disso, o que se verifica é a construção da Imagem da FJN pela atuação e divulgação dos próprios alunos, que entendem a seriedade das suas intenções quanto à qualidade de ensino e confrontam a própria vivência com a vivência que, muitas vezes, eles próprios tiveram em outras instituições de ensino. Temos alunos egressos ocupando postos de trabalho em sua área e os que voltam à FJN para informar o sucesso obtido, incluindo a contratação de egressos para o quadro docente da FJN. Isto é gratificante, pois a comunidade externa começa a codificar como uma FJN séria, dedicada ao ensino de qualidade e atualizada com as necessidades do mercado.

A ouvidoria da FJN é realizada por canal no site institucional, pelos atendimentos prestados pela Ouvidora Geral, pelas Coordenações de Cursos, pela Coordenação Pedagógica e Diretoria Geral.

A FJN disponibiliza em seu site ampla forma de divulgação e informações gerais, desde o vestibular, bem como a existência do aluno on-line que permite aos alunos o acompanhamento e solicitação de documentos para impressão, como:

- Atestado de Matrícula
- Histórico Escolar
- Boleto Online
- Notas e Faltas Bimestrais
- Médias e Exames Finais
- Integralização Curricular

Disponibiliza ainda a entrega do manual acadêmico para alunos, professores e funcionários, que contém os procedimentos, regras e o calendário acadêmico da FJN.

Possui ainda nos corredores e dentro das salas de aulas, murais de aviso, orientações pertinentes ao curso, eventos específicos, notícias do cotidiano da FJN, calendário de provas, entre outros. Existência de murais na sala dos professores, na biblioteca, para que todos tenham acesso à informação de maneira mais ágil.

A comunicação EXTERNA da FJN é realizada mediante os mais diversos meios de comunicação postos à disposição da sociedade.

O site da FJN www.fjn.edu.br contém amplas informações tais como: composição da administração; histórico; missão institucional; informações da biblioteca, serviços e regulamento; horário de atendimentos dos setores; informações sobre a Comissão Própria de Avaliação - CPA; informações sobre o NAP - NUPEP; Eventos; Regulamento e horários das aulas, canais de ouvidoria; informação sobre cada curso de Graduação acerca de seus projetos políticos pedagógicos (informações gerais, portaria de autorização e reconhecimento, objetivos do curso, perfil do egresso, mercado de trabalho, grade curricular, duração do curso); que propicia o aluno a ter acesso a inúmeras informações acadêmicas, entre outros; calendário acadêmico; orientações para a realização de atividades complementares.

DIMENSÃO V - As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

A FJN conta com um plano institucional de qualificação de seu corpo docente que tem por objetivo promover a melhoria da qualidade das funções exercidas. Um conjunto de critérios esteve presente quando da composição do Plano de Carreira, como titulação, regime de trabalho, substituições, experiência acadêmica e experiência profissional não-

acadêmica, mérito pelo trabalho desenvolvido e permanente processo de atualização.

Destaca-se, ainda dentre os critérios que poderão ser considerados para progressão na carreira, a produção e a publicação de obras técnico-científicas, resultantes dos trabalhos de investigação dos professores e estudantes.

O Plano de Carreira Docente da FJN apresenta critérios de admissão, progressão na carreira e formas de operacionalização. O perfil do corpo técnico obedece aos preceitos dos documentos oficiais da FJN, onde são consideradas a titulação, a experiência profissional e a capacitação dos funcionários para cada cargo.

De acordo com o Plano de Carreira Docente, a formação e enquadramento dos docentes na FJN estão atrelados. A carreira de Professor de Ensino Superior é constituída por cinco categorias funcionais, cada uma subdividida em três níveis, assim denominada:

- I – Professor Auxiliar, subdividida nos níveis A, B e C;
- II – Professor Assistente, subdividida nos níveis A, B e C;
- III – Professor Adjunto, subdividida nos níveis A, B e C
- IV – Professor Associado, subdividida nos níveis A, B e C;
- V – Professor Titular

O ingresso na carreira de Docente se dá preferencialmente no nível inicial da respectiva categoria funcional, por meio de processo seletivo, exigindo-se, além do diploma de curso superior na área de conhecimento em que irá atuar, ou em área afim, os seguintes requisitos:

- I – para Professor Titular: título de Doutor na área em que irá atuar ou em área afim, obtido em curso reconhecido nos termos da Lei;
- II – para Professor Associado: título de Doutor na área em que irá atuar ou em área afim, obtido em curso reconhecido nos termos da Lei;
- III – para Professor Adjunto: título de Mestre na área correspondente ou em área afim, obtido em curso reconhecido nos termos da Lei; e

IV – para Professor Assistente: título de Especialista, obtido nos moldes da legislação específica.

V – para Professor Auxiliar: título de Graduado, obtido nos moldes da legislação específica.

A FJN oferece as condições de infra-estrutura e de recursos materiais necessárias para o desenvolvimento das atividades docentes. Além disso, realiza o acompanhamento didático-pedagógico dos professores.

De acordo com sua política de Pós-Graduação, são oferecidos para alguns docentes e técnico-administrativos cursos de aperfeiçoamento, propiciando à educação continuada, assim como bolsas de graduação e pós-graduação para os técnico-administrativos.

O corpo técnico-administrativo da FJN é integrado por todos quantos nele exerçam atividades administrativas ou técnicas.

São consideradas atividades próprias do pessoal técnico-administrativo o conjunto de funções destinadas a oferecer suporte operacional às atividades-fim da FJN, incluindo aquelas relacionadas com a administração de pessoal, material, patrimonial, finanças, atividades complementares e com a vida escolar.

A contratação de pessoal técnico-administrativo é realizada nos termos da legislação trabalhista em vigor, assegurando-se aos profissionais todos os direitos e vantagens inerentes às funções a serem desempenhadas.

A admissão do pessoal técnico-administrativo é precedida de entrevista ou processo seletivo elaborado pelo setor competente da FJN, pelo qual serão avaliadas as reais condições do candidato, sua qualificação profissional, experiência e habilidades para o exercício da função.

Os candidatos selecionados somente são contratados após a apresentação de toda a documentação exigida por lei e exercerão suas funções nos locais de funcionamento do Instituto.

O pessoal técnico-administrativo contratado pela FJN está sujeito ao regime de trabalho integral, com 44 horas semanais de trabalho.

Em função das peculiaridades locais, após a aprovação do departamento competente da FJN, poderão ser instituídos regimes de trabalho diversos.

A frequência diária do pessoal técnico-administrativo é controlada pelo setor responsável da FJN, preferencialmente por meio eletrônico, aplicando-se, quanto às ausências e impedimentos, as normas constantes da legislação trabalhista em vigor.

O pessoal técnico-administrativo é contratado na referência inicial constante da tabela de remuneração, fixada pela entidade Mantenedora para o Plano de Cargos e Salários da FJN.

DIMENSÃO VI - Organização e gestão da FJN, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

A FJN possui uma Gestão Institucional com órgãos atuantes, cuja composição e atribuições estão previstas em seu Regimento. Nesta dimensão, a FJN apresenta sua estrutura de Organização e Gestão com os Órgãos de Administração Superior (CONSU E CEPE). Direção, Órgãos de Administração Acadêmica (NDE, Colegiados de Curso e Coordenadorias de Curso) e Órgãos Suplementares (Biblioteca, Secretaria e Ouvidoria). Os Colegiados de curso são responsáveis pela coordenação didática de cada curso. As reuniões dos Conselhos e Colegiados são periódicas e estão comprovadas através de atas dos respectivos órgãos. Além desses colegiados, a FJN, visando aprimorar a sua organização e manter uma gestão mais eficiente e eficaz, tem investido no aprimoramento da cultura da avaliação continuada, conforme políticas implantadas com o PDI. Assim, criou outros grupos de gestores por meio de coordenadorias que

têm propiciado o exercício da crítica construtiva e levado a FJN ao aprimoramento contínuo de seus instrumentos de gestão, com revisões das metas estabelecidas, das ações propostas e das estratégias empregadas. Os três segmentos da comunidade têm sido constantemente incentivados a participar da organização e gestão da FJN. Os Colegiados Superiores têm valorizado o trabalho desenvolvido pelos diversos grupos constituídos com comissões permanentes, núcleos e setores. Eventos de avaliação são periodicamente realizados (com docentes, discentes e servidores técnico-administrativos) visando à discussão dos resultados das atividades desenvolvidas com as políticas de ensino e extensão e seu aprimoramento.

A autonomia na FJN é vista como um processo que se constrói nas atividades diárias, pelas atitudes individuais e participação social competente e responsável, no enfrentamento natural dos conflitos e diversidades ideológicas. A liberdade de ouvir e ser ouvido, orientado pela missão, objetivos e diretrizes em nenhum momento vai limitar a criatividade, garantindo a construção social e a autonomia pedagógica. O corpo social na FJN, com responsabilidade e respeito à sua missão e aos seus objetivos, tem poder de decisão sobre seu trabalho, devendo sempre avaliar a importância da decisão coletiva, avaliar riscos e resultados, tendo nas instâncias de representação a oportunidade de ser ouvido e considerado. As proposições deverão ter como finalidade a melhoria dos indicadores de eficiência e eficácia da gestão e aplicação dos recursos existentes. Esta avaliação constitui a responsabilidade social da gestão democrática, assegura a legitimidade, credibilidade e a confiança nas ações desenvolvidas. Portanto, a relação com a mantenedora sempre é sustentada e encaminhada pelas decisões trabalhadas e registradas em ata pelos colegiados de curso e pelo conselho acadêmico, quer sejam de caráter administrativo ou pedagógico. Adicionalmente existem canais específicos de conversação dos coordenadores de curso, da coordenação pedagógica e da Direção Geral com a mantenedora para encaminhamento

de situações específicos dos cursos e da FJN quer sejam na área administrativa ou pedagógica.

O Conselho Superior, órgão máximo de coordenação e assessoramento, normativo, consultivo e deliberativo em matéria didático-científica e administrativa, é constituído: Diretor - Geral como Presidente nato; Diretor Acadêmico, como membro nato; Diretor Administrativo - Financeiro como membro nato; Chefes de Departamento; Três representantes do corpo docente, indicados por seus pares, em lista tríplice; Dois representantes da comunidade externa, indicados por entidade classista, em lista tríplice; Um representante da Mantenedora; Dois representantes do corpo discente, indicados na forma da Lei; Um representante do corpo técnico - administrativo, indicado por seus pares em lista tríplice, e designado pelo Diretor Geral.

Suas atribuições estão postas no Regimento Geral da FJN. Compete ao Conselho Superior: Diligenciar a observância das diretrizes gerais da Faculdade;

- I. Analisar e aprovar o Regimento Geral e os Regimentos Setoriais;
- II. Exercer o poder disciplinar - originariamente e em grau de recurso;
- III. Deliberar sobre representações ou recursos, no âmbito de sua competência;
- IV. Estabelecer normas do seu funcionamento e cerimonial;
- V. Decidir, em grau de recurso, acerca de atos do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;
- VI. Deliberar acerca da concessão de títulos honoríficos;
- VII. Baixar resolução disciplinando a realização de eleições no âmbito do corpo docente e também do corpo discente, quando os pleitos tiverem finalidade conexa.

A forma da composição dos Colegiados Superiores e dos Colegiados de Curso consta do Regimento da FJN. Suas composições contemplam representantes dos coordenadores de curso, do corpo docente (eleitos

pelos seus pares), membro do corpo discente (eleito por seus pares), representante da Mantenedora, além do Diretor. Os Colegiados Superiores têm se reunido com certa periodicidade, em função do andamento das políticas estabelecidas. Para as reuniões, os membros têm sido convocados com antecedência, momento em que tomam ciência da Pauta.

Os órgãos colegiados dispõem de autonomia em relação à Mantenedora na tomada de decisões referentes a assuntos ligados à melhoria da qualidade no processo de ensino-aprendizagem, embora haja uma convivência harmônica entre ambos no trato de questões inerentes à FJN.

DIMENSÃO VII - Infra-estrutura física, especialmente biblioteca, recurso de informação e comunicação.

O espaço físico disponível é suficiente e adequado às necessidades atuais da FJN:

A Faculdade de Juazeiro do Norte - FJN está passando por uma ampla reforma nas suas instalações e atualmente dispõe da seguinte estrutura física:

Piso Térreo:

2 Salas de aulas

04 Laboratórios de Informática

01 Secretaria Acadêmica

01 Recepção para Secretaria Acadêmica

01 Tesouraria

01 Recepção para Tesouraria

02 Banheiros para funcionários

01 Sala de Coordenação Pedagógica

01 Direção Financeira

01 Direção Geral

01 Sala de Reuniões

01 Sala da Ouvidoria

01 Sala da CPA
01 Sala da Coordenação de Pós-Graduação
01 Banheiros Masculinos
01 Banheiros Femininos
01 Sala de Reprografia
01 Praça de Alimentação
01 Copa/Cozinha
01 Recepção
01 Sala de Coordenação de Sistemas de Informações
01 Quadra Poliesportiva
Estacionamento para professores, alunos e funcionários

Primeiro Andar:

10 Salas de Aulas
01 Coordenação do Curso de Farmácia - NDE
01 Coordenação Pré-Vestibular
01 Biblioteca
01 Escritório Modelo de Contabilidade
01 Banheiro Masculino
01 Banheiro Feminino

Segundo Andar:

04 Salas de Aulas
01 Auditório
01 Laboratório de Microscopia
01 Laboratório de Enfermagem
01 Laboratório de Anatomia
01 Laboratório de Bioquímica
02 Laboratórios de Química
01 Coordenação do Curso de Enfermagem
01 Coordenação do Curso de Ciências Contábeis
01 Almojarifado

01 Célula Acadêmica

Infra-estrutura física voltada para PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS as Instalações foram projetadas em cumprimento às exigências da Lei Ministerial nº 1.679/99, para atender as Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, com rampa de acesso, banheiros, bebedouros, e áreas comuns como biblioteca, lazer e de circulação.

A política de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de sua operacionalização estão implantadas. A biblioteca torna disponível o serviço de empréstimo domiciliar para itens do acervo com distinções entre tipos de material e categorias de usuários. Há acesso a serviços de cópia de documentos internamente na FJN (não no espaço físico da biblioteca). A biblioteca oferece também apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos e orientação de normalização de trabalhos conforme a ABNT, serviço orientado pela bibliotecária.

DIMENSÃO VIII - Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.

Em cumprimento ao disposto no artigo 11, da Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a FJN, por meio de Portaria da Direção Geral, criou a Comissão Própria de Avaliação (CPA) com a composição e as atribuições previstas no texto legal.

Constituída a CPA, foi convocada a Reunião na qual foram estabelecidas as metas a serem cumpridas em consonância com as diretrizes e orientações emanadas da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), em particular a elaboração do Projeto de Auto-Avaliação.

No prazo estabelecido pela CONAES e pelo INEP, a FJN encaminhou para análise sua Proposta de Auto-avaliação, tendo a mesma sido apreciada e a sua implementação recomendada.

Ao final do primeiro ano de atividades da CPA, foi produzido e encaminhado para o endereço cpa@inep.gov.br o primeiro Relatório, obedecendo ao cronograma fixado na Resolução CONAES nº 01/2005 e estruturado conforme as orientações divulgadas pela CONAES. Os relatórios de Auto-Avaliação referentes aos anos de 2006, 2007 e 2008 foram anexados ao e-MEC, conforme orientações da Diretoria de Avaliação de Educação Superior – DAES/INEP.

O processo de auto-avaliação da FJN ocorreu concomitantemente às avaliações externas, portanto as sugestões e recomendações de especialistas e da CPA somaram-se visando o desenvolvimento da FJN. Vale destacar que muitos resultados positivos têm contribuído para aperfeiçoamentos da FJN, estes resultados são percebidos não só nos recursos físicos e ligados diretamente aos cursos, mas também no clima institucional de trabalho interno. Entre as melhorias destacamos: aumento no coeficiente de investimentos em infra-estrutura; maior envolvimento dos docentes liderados pela participação ativa dos coordenadores de cursos; maior cobrança da Direção por resultados positivos no ENAD; revisão de projetos pedagógicos com vistas ao aprimoramento e atualização da formação obtida nos cursos; modernização de sistemas de gestão acadêmica e maior integração entre os órgãos de gestão e de apoio da FJN; mudanças no comportamento de docente e funcionários técnico-administrativos baseado no entendimento da importância de seu trabalho ao bom funcionamento institucional; aumento no número de convênios estabelecidos entre a FJN e a comunidade externa, entre outros fatores. Naturalmente há muitos ajustes a serem feitos, construídos dia a dia, de acordo com suas possibilidades, sem incorrer às práticas corporativas e de acordo com os recursos financeiros da FJN que por sua natureza tem nas mensalidades sua principal fonte de renda.

DIMENSÃO IX - Políticas de atendimento ao estudante.

A FJN desenvolve uma política de apoio aos alunos carentes. Exemplo do Programa de Bolsas de Estudos (80%), de apoio aos alunos carentes tendo como um dos objetivos, possibilitar, mediante recursos próprios, a concessão de Bolsas de Estudos a alunos de comprovada carência socioeconômica visando o incentivo aos estudos. As políticas e ações são desenvolvidas de forma coordenada e condensada entre as áreas de administração da FJN, sendo resultado da discussão da comunidade buscando atender, através de uma equação de equilíbrio entre objetivos e possibilidades, as demandas geradas e as expectativas de evolução e melhoria constantes. O atendimento aos estudantes é feito pela Coordenação Pedagógica e coordenações de curso. Os professores são assessorados aos procedimentos metodológicos diferenciados a serem desenvolvidos para alunos que necessitam de apoio minimizando dificuldades.

Para a consolidação de seus cursos, objetivos institucionais registrados em seu PPI e perseguidos no PDI, a FJN demonstra seu firme propósito de oferecer oportunidades aos seus alunos para uma formação integral (pedagógica, cultural, humanística - integrada à sociedade para a qual está sendo formado) de um profissional competente e um cidadão de qualidade. Assim, promove atividades extracurriculares tais como: semanas de estudo, seminários, palestras, entre outras. Sempre ligadas às áreas dos cursos oferecidos, essas atividades são constantes e diversificadas com intuito de integrar a comunidade acadêmica e complementar sua formação, incentivando a interdisciplinaridade.

A FJN apoia a realização de seminários, jornadas e semanas de curso, por meio de divulgação, apoio financeiro, confecção de mídia (banners e cartaz), divulgação em jornais da região e disposição de material e equipamento para os eventos realizados pelos alunos. Também visitas técnicas e disponibiliza as monografias e trabalhos dos alunos na Biblioteca, para consulta. Oferece para os acadêmicos,

palestras com profissionais de áreas específicas conforme interesse atual. Tem dado apoio à realização de eventos acadêmicos, culturais, esportivos e à produção de trabalhos e à sua divulgação interna e externamente.

Com políticas articuladas de forma integrada com os documentos PPI e PDI, além dos PPCs, a FJN implantou uma estrutura organizacional de controle e gestão para os registros acadêmicos de fácil acesso aos estudantes. Esta estrutura contempla, entre outros, setores acadêmico-administrativos e Portal. Dando apoio à participação em eventos acadêmicos, culturais, esportivos, apresentação de trabalhos e sua divulgação. Oferece bolsas de estudos e desenvolve ações de apoio e incentivo à organização da comunidade discente.

Além disso, tem toda a sua documentação à disposição dos alunos, professores e coordenadores. Quanto ao acesso à vida acadêmica, o aluno tem total acesso ao seu histórico, efetivação de matrícula, requerimento de provas substitutivas, trancamento de matrícula e as providências que precisar tomar. Estes atendimentos são feitos pela Secretaria Geral. O manual do aluno é entregue em sala e comentado pelo Coordenador do Curso. A Secretaria é orientada para providenciar os pedidos dos alunos o mais rápido possível, em cumprimento aos prazos estabelecidos.

Ainda, o corpo discente tem sido constantemente incentivado a participar da organização e gestão da FJN, principalmente como componente dos órgãos colegiados.

Tendo como um de seus objetivos a consolidação de seus cursos, a FJN tem a consciência da necessidade de não se descuidar das tendências do mercado de trabalho e, em especial, das novas propostas para a educação superior brasileira, em debate nacional. Para tal, uma efetiva aproximação da FJN com os seus egressos é de fundamental importância. Também procura encaminhar informações profissionais às empresas conveniadas.

Para que a FJN alcance o sucesso desejado com relação à aproximação dos egressos, serão realizadas, dentre outras ações, eventos e cursos, principalmente no que se refere à educação continuada.

DIMENSÃO X - Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

O Planejamento econômico-financeiro apresentado no PDI da FJN foi elaborado de modo a garantir compatibilidade entre as ações planejadas e os investimentos para sua viabilização, tendo em conta que a prioridade seria a consolidação da FJN com a implantação dos cursos previstos no conjunto das metas estabelecidas. Assim, algumas despesas, a exemplo da capacitação de pessoal docente e técnico-administrativo, estão distantes do percentual previsto no PDI, enquanto outras relacionadas ao acervo da biblioteca e a aquisição de equipamentos para laboratórios de ensino foram prevalentes nessa fase. Visando assegurar a compatibilidade entre as receitas e os investimentos necessários à implantação do projeto institucional com todos os cursos previstos em seu PDI, a Mantenedora vem aportando, quando necessário, recursos próprios com essa destinação, em complementação à receita oriunda das mensalidades. A composição das mensalidades obedece a uma política que considera a capacidade de comprometimento do orçamento familiar dos alunos e as condições de competitividade regional resultante da oferta de vagas em cursos superiores similares, sem perder de vista seus compromissos com a responsabilidade social. O planejamento econômico-financeiro anual é aprovado e acompanhado mensalmente pela Mantenedora, de sorte que os resultados obtidos com essa estratégia vêm garantindo o funcionamento sustentado da FJN e sua expansão.

As mensalidades, principal fonte de recursos da FJN, têm seus valores definidos segundo a realidade local, sempre levando em consideração a responsabilidade social da FJN, que tem entre seus princípios a ampliação da oferta de educação superior aos jovens da região. No plano institucional, observa-se que os resultados dessa política são satisfatórios, tendo em vista o bom nível de investimentos existentes

em infra-estrutura e na montagem de um corpo docente e técnico-administrativo condizente com as necessidades da FJN. A atual situação financeira da FJN não representa risco para a consecução dos objetivos e da missão aos quais ela se orienta. Naturalmente, há espaço para ajustes e melhorias, mas estes se encontram condicionados a alterações do cenário socioeconômico local e serão implementados conforme apresentarem-se os meios para tanto.

A aplicação dos recursos financeiros no que concerne aos programas de ensino e extensão se dá de forma harmônica com as políticas para esses fins, estabelecidas no PPI e no PDI da FJN. Assim, têm prioridade os gastos com a implantação dos cursos de graduação e de especialização, e na estruturação das ações de extensão voltadas para o atendimento das principais demandas da comunidade onde a FJN está inserida. A fim de dar suporte aos seus programas de ensino e de extensão, a FJN investe na expansão e atualização dos recursos de informática, na aquisição de recursos multimídia, na utilização de ferramentas de Tecnologia da Informação em setores da gestão acadêmica e da biblioteca. Destaca-se, em especial, ao Aluno On-line que permite que os alunos acessem via Internet às informações acadêmicas de seu interesse, na aquisição de licenças de uso de "softwares" e aplicativos eletrônicos diversos, na ampliação do acervo bibliográfico, no estímulo a atividades de campo, no aumento da integração da FJN com a comunidade por meio da celebração de convênios e parcerias.